

RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, neste ato representado por sua PREGOEIRA, designada pela Portaria nº 604/2016/SEMA, publicada no D.O.E. do dia 19 de agosto de 2016, vem dentro do prazo legal, e com fulcro na legislação vigente, especialmente Decreto Estadual nº 840, de 10 de fevereiro de 2017, prestar esclarecimento ao questionamento formulado por **Envex Engenharia e Consultoria S/S Ltda**, CNPJ: 08.418.789/0001-07, localizado na Rua Doutor Jorge Meyer Filho, n. 93, Jardim Botânico, Curitiba/PR, relativo ao edital da Concorrência Pública nº 001/2018/SEMA, cujo objeto é a *Contratação de serviços de consultoria e elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 e seu Decreto Regulamentador Nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010, sendo estes divididos nas seguintes regiões: Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS*, realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, conforme segue:

A empresa **Envex Engenharia e Consultoria** encaminhou o seguinte questionamento, a Comissão de licitação:



ENVEX/110/2018

Curitiba, 22 de junho de 2018.

Ao Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

A/C: Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Concorrência Pública Nº 001/2018
Processo Administrativo Nº 70641861 / 2017

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1. Dos Balanços Patrimoniais autenticados pelo SPED

Considerando o disposto no item 4.3.4., alínea "a.5)", do Edital da Concorrência Pública nº 001/2018 da SEMA/MT, questiona-se a exigência de autenticação de Balanço Patrimonial já autenticado pelo SPED.

Note-se o disposto no Edital:

Item 4.3.4. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira para EMPRESA de GRANDE PORTE, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA.

(...)

a.5) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status, "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e, Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal.[grifos aditados].

Todavia, a exigência disposta na alínea “a.5”, do item 4.3.4, do Edital não coaduna com a legislação vigente correlata à entrega e autenticação do Balanço Patrimonial ao Sistema Público de Escrituração Digital, ao exigir: *“relatório gerado pelo SPED com status “Autenticado” acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial.”*

Note-se o disposto no Decreto Federal nº 8.683/2016, segundo o qual, o registro do Balanço Patrimonial será comprovado pelo recibo de entrega pelo SPED à Receita Federal, sendo, no entanto, dispensada a autenticação na Junta Comercial. Nos termos do Decreto nº 8.638/2016:

Art. 78-A. A autenticação de livros contábeis das empresas poderá ser feita por meio do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped de que trata o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, mediante a apresentação de escrituração contábil digital.

§ 1º A autenticação dos livros contábeis digitais será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sped.

§ 2º A autenticação prevista neste artigo dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos termos do art. 39-A da referida Lei. [grifos aditados].

Em que pese a Lei nº 8.934/1994:

Art. 39-A. A autenticação dos documentos de empresas de qualquer porte realizada por meio de sistemas públicos eletrônicos dispensa qualquer outra. [grifos aditados].

Ademais, no que compete à Junta Comercial Seção Paraná (JUCEPAR), sede das licitantes ENVEX e HABITAT, deve-se salientar que a referida autenticação não é possível em razão de a JUCEPAR só autenticar documentos e livros impressos, o que não é o caso dos sistemas digitais (SPED), conforme recomendações normativas federais (Leis e Decretos).



Conforme o exposto, solicita-se que a egrégia Comissão de Licitação referente o entendimento de que os documentos apresentados pelas licitantes e já autenticados pelos sistemas públicos eletrônicos, dispensem quaisquer outras formas de autenticação, o que é o caso do item 4.3.4, alínea "a.5)" do Edital.

Em resumo, Balanço Patrimonial devidamente autenticado pelo SPED dispensa autenticação pela Junta Comercial, qualquer entendimento noutro sentido viola os **princípios constitucionais da legalidade, isonomia e ampla competitividade da licitação**.

Desde já agradecemos,

Curitiba, 22 de junho de 2018.


ENVEX Engenharia e Consultoria S/S Ltda. EPP
08.418.789/0001-07
André Luciano Malheiros - Representante Legal
RG 6.489.814-0SSP PR
CPF 004.810.979-70

Considerando o exposto acima a Pregoeira se manifesta no seguinte sentido:

Considerando a inclusão do artigo Art. 78-A no Decreto Nº 1.800, DE 30 DE JANEIRO DE 1996, *"A autenticação de livros contábeis das empresas poderá ser feita por meio do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped de que trata o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, mediante a apresentação de escrituração contábil digital"*.

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, e considerando que o entendimento é no sentido de que os documentos apresentados pelas licitantes pelos sistemas públicos eletrônicos dispensam outras formas de autenticação, o edital da Concorrência 001/2018 será retificado devendo constar apenas a autenticação pelo SPED.

Considerando que as informações não alteram na formulação das propostas, não há necessidade de alteração da data do certame.

Cuiabá, 25 de junho de 2018.

Bruna Carla Guarim da Silva
Pregoeira Oficial
SEMA-MT